

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	39
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	45
1.1 O Direito Tributário como Ramo do Direito Público	46
1.2 Atividade Financeira do Estado	48
1.3 Definição de Tributo	53
1.3.1 Prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir .	53
1.3.2 Prestação compulsória	56
1.3.3 Prestação que não constitui sanção de ato ilícito	57
1.3.4 Prestação instituída em lei	59
1.3.5 Prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada	59
1.3.6 Destinação legal do produto da arrecadação de tributos	61
1.4 Os Tributos em Espécies	62
1.4.1 A determinação da natureza jurídica específica do tributo	63
1.4.2 Os impostos	67
1.4.2.1 A criação dos impostos	70
1.4.2.2 Os impostos e o princípio da capacidade contributiva	71
1.4.3 As taxas	72
1.4.3.1 Taxas de polícia	73
1.4.3.2 Taxas de serviço	75
1.4.3.2.1 Serviços públicos específicos e divisíveis	76
1.4.3.2.1.1 Taxa de prevenção e combate a incêndios	79
1.4.3.2.2 Utilização efetiva ou potencial de serviços públicos	82
1.4.3.3 A base de cálculo das taxas	84

1.4.3.4	Taxas e preços públicos – Notas distintivas	89
1.4.4	As contribuições de melhoria	92
1.4.4.1	Requisitos para instituição e cobrança	95
1.4.4.2	O cálculo da contribuição de melhoria	96
1.4.5	Os empréstimos compulsórios	98
1.4.5.1	Competência, casos e forma de instituição	100
1.4.5.2	Destinação da arrecadação	102
1.4.5.3	Restituição	102
1.4.6	As contribuições especiais	103
1.4.6.1	Contribuições sociais	108
1.4.6.1.1	Contribuições de seguridade social	108
1.4.6.1.2	Outras contribuições sociais	112
1.4.6.1.3	Contribuições sociais gerais	114
1.4.6.1.3.1	A contribuição para o salário-educação	114
1.4.6.1.3.2	As contribuições criadas pela Lei Complementar nº 110/2001	115
1.4.6.1.3.3	As contribuições para os serviços sociais autônomos	117
1.4.6.2	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	121
1.4.6.3	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas – Contribuições corporativas	124
1.4.6.3.1	Contribuições corporativas para o custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas	125
1.4.6.3.2	Contribuição sindical	129
1.4.6.4	Contribuição para os Serviços de Iluminação Pública e Monitoramento dos Logradouros Públicos – COSIMP	131
1.4.6.5	Contribuição sobre Produtos Primários e Semielaborados – CPPS	136
1.5	Classificações Doutrinárias dos Tributos	140
1.5.1	Quanto à discriminação das rendas por competência: federais, estaduais ou municipais	140
1.5.2	Quanto ao exercício da competência impositiva: privativos, comuns e residuais	140
1.5.3	Quanto à finalidade: fiscais, extrafiscais e parafiscais	141
1.5.4	Quanto à hipótese de incidência: vinculados e não vinculados	142

1.5.5	Quanto ao destino da arrecadação: de arrecadação vinculada e de arrecadação não vinculada	142
1.5.6	Quanto à possibilidade de repercussão do encargo econômico-financeiro: diretos e indiretos	144
1.5.7	Quanto aos aspectos objetivos e subjetivos da hipótese de incidência: reais e pessoais	144
1.5.8	Quanto às bases econômicas de incidência – A classificação do CTN	145
2.	LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	149
2.1	A Relação Tributária como Relação Jurídica	150
2.2	As Garantias como Rol Não Exaustivo	151
2.3	Quando as Garantias Configuram Cláusulas Pétreas	151
2.3.1	As limitações que constituem garantias individuais do contribuinte	151
2.3.2	As limitações que constituem proteção a outras cláusulas pétreas	152
2.4	Princípios ou Regras?	154
2.5	A Legalidade	154
2.5.1	Demais matérias sujeitas à reserva legal	155
2.5.2	Exceções ao princípio	156
2.5.3	Legalidade e delegação legislativa	161
2.5.4	Legalidade e medida provisória	165
2.6	Princípio da Isonomia	167
2.6.1	Acepções do princípio	167
2.6.2	A isonomia tributária na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	168
2.6.2.1	Percepção cumulativa de valores – Discriminação entre quem recebe rendimentos no momento adequado e quem os recebe em atraso	169
2.6.2.2	A contribuição previdenciária dos servidores inativos – Discriminação de servidores de diferentes esferas	171
2.6.2.3	Discriminação com base na função ou ocupação exercida	172
2.6.2.4	Discriminação entre as empresas lucrativas e deficitárias	172
2.6.2.5	O Simples – Discriminação entre empresas com base na atividade exercida	173
2.6.2.6	Discriminação na concessão de parcelamento de débitos referentes à COFINS	174

2.6.2.7	Contribuições para o PIS/PASEP – Discriminação entre empresas privadas e empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista)	176
2.6.2.8	Lei de Repatriação – Discriminação entre os detentores de cargos públicos e eletivos e as demais pessoas	177
2.6.2.9	Imposto de renda sobre pensões e proventos – Discriminação entre residentes no Brasil e residentes no exterior	178
2.6.3	Isonomia e capacidade contributiva	179
2.6.3.1	A progressividade nos impostos reais	180
2.6.3.2	A concretização do princípio da capacidade contributiva em face dos direitos individuais do contribuinte	183
2.7	O princípio da não surpresa	186
2.7.1	Princípio da irretroatividade	189
2.7.1.1	Irretroatividade e CSLL	190
2.7.1.2	Irretroatividade e IR	192
2.7.1.3	Inexistência de exceções ao princípio da irretroatividade	194
2.7.2	Princípio da anterioridade do exercício financeiro	195
2.7.2.1	Exceções à anterioridade do exercício financeiro	197
2.7.2.2	Anterioridade e revogação de benefícios fiscais	199
2.7.2.3	Anterioridade e medidas provisórias	201
2.7.3	Princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena	201
2.7.3.1	Noventena e medidas provisórias	205
2.7.3.2	Exceções à noventena	207
2.8	Princípio do Não confisco	209
2.8.1	A configuração do efeito confiscatório	210
2.8.2	Perspectivas dinâmica e estática da tributação do patrimônio	213
2.8.3	Pena de perdimento e confisco	215
2.8.4	Taxas e princípio do não confisco	215
2.8.5	Multas e princípio do não confisco	216
2.9	Princípio da Liberdade de Tráfego	219
2.10	Vedações Específicas à União – a Proteção ao Pacto Federativo	222
2.10.1	O princípio da uniformidade geográfica da tributação	222

2.10.2	Princípio da uniformidade da tributação da renda – Vedação à utilização do IR como instrumento de concorrência desleal	224
2.10.3	Princípio da vedação às isenções heterônomas	225
2.10.3.1	Isenções heterônomas constitucionalmente permitidas	226
2.10.3.2	O caso da isenção decorrente de tratado internacional	227
2.11	Princípio da Não discriminação Baseada em Procedência ou Destino	230
2.12	o princípio da indisponibilidade do interesse público e a Concessão de Benefícios Fiscais	231
2.12.1	Exigência de lei específica para a concessão de benefícios fiscais	232
2.12.2	Concessão de benefícios fiscais relativos ao ICMS	235
2.13	Princípio da simplicidade	243
2.14	Princípio da transparência	244
2.15	Princípio da justiça tributária	246
2.16	Princípio da cooperação	247
2.17	Princípio da defesa do meio ambiente	249
2.18	Imunidades	251
2.18.1	Diferenciação de institutos assemelhados	251
2.18.2	Imunidades e isenções	252
2.18.3	Classificações doutrinárias das imunidades tributárias	256
2.18.3.1	Quanto ao parâmetro para concessão: imunidades subjetivas, objetivas e mistas	256
2.18.3.2	Quanto à origem: ontológicas e políticas	257
2.18.3.3	Quanto ao alcance: gerais e específicas	258
2.18.3.4	Quanto à forma de previsão: explícitas e implícitas	258
2.18.3.5	Quanto à necessidade de regulamentação: incondicionadas e condicionadas	259
2.18.4	As imunidades tributárias em espécie	260
2.18.4.1	A imunidade tributária recíproca	260
2.18.4.1.1	Extensão da imunidade recíproca a empresas públicas e sociedades de economia mista	261
2.18.4.1.2	A imunidade recíproca em face da exploração de atividade econômica	265

2.18.4.1.3	A imunidade recíproca e os casos de arrendamento e cessão de uso de bem público	271
2.18.4.1.4	A imunidade recíproca e a Ordem dos Advogados do Brasil	274
2.18.4.1.5	Preocupação constitucional de coibir a elisão fiscal	276
2.18.4.1.6	A imunidade dos Estados estrangeiros	277
2.18.4.1.7	Outras decisões do Supremo Tribunal Federal	277
2.18.4.2	A imunidade tributária religiosa	278
2.18.4.3	A imunidade tributária dos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades educacionais e assistenciais sem fins lucrativos	283
2.18.4.3.1	Vinculação do patrimônio, da renda e dos serviços dos entes imunes às suas finalidades essenciais	284
2.18.4.3.2	Regulamentação legal da imunidade	287
2.18.4.3.3	Possibilidade de entidade religiosa gozar da imunidade das entidades assistenciais	290
2.18.4.3.4	A imunidade e as entidades fechadas de previdência social privada	292
2.18.4.4	A imunidade tributária cultural	295
2.18.4.5	Imunidade tributária da música nacional	299
2.18.4.5.1	Detalhamento do objeto da imunidade	300
2.18.4.5.2	Tributos abrangidos	303
2.18.5	Demais imunidades previstas na CF/1988	303
3.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA & LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	305
3.1	Competência para Legislar sobre Direito Tributário e Competência Tributária – Diferenças	306
3.1.1	Competência para legislar sobre Direito Tributário	306
3.1.1.1	O Código Tributário Nacional como norma geral em matéria tributária – Teoria da recepção	308
3.1.1.2	A regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar	310
3.1.1.3	As disposições sobre conflitos de competência	311
3.1.2	Competência tributária	313
3.1.3	Repartição da competência tributária	317
3.1.3.1	Competência tributária privativa	318

3.1.3.2	Competência tributária compartilhada	320
3.1.3.3	Competência tributária comum	321
3.1.3.4	Competência tributária cumulativa	324
3.1.3.5	Bitributação e bis in idem	325
3.1.3.5.1	<i>Bis in idem</i>	325
3.1.3.5.2	Bitributação	326
3.2	Legislação Tributária.....	329
3.2.1	Leis	331
3.2.1.1	Leis em sentido estrito	331
3.2.1.2	Medidas provisórias	333
3.2.1.3	Leis delegadas	333
3.2.1.4	Resoluções do Senado Federal	333
	Alíquotas internas dos Estados-membros (fixação facultativa):	335
	Alíquotas interestaduais e de exportação* (fixação obrigatória):	335
3.2.1.5	Decretos legislativos	335
3.2.1.6	Decretos-leis	335
3.2.2	Tratados e convenções internacionais	335
3.2.2.1	Impacto do tratado internacional sobre o direito interno	336
3.2.2.2	Tratados internacionais e a legislação tributária superveniente – A visão do STF	338
3.2.2.3	Tratados normativos e contratuais e a legislação tributária superveniente – A visão do STJ	339
3.2.2.4	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)	340
3.2.3	Decretos	342
3.2.4	Normas complementares	342
3.2.4.1	Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas	343
3.2.4.2	Decisões dos órgãos coletivos e singulares de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa	343
3.2.4.3	Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas	345
3.2.4.4	Convênios que entre si venham a celebrar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios	347
3.3	Vigência e Aplicação da Legislação Tributária	348

3.3.1	Validade, vigência e eficácia – noções gerais	348
3.3.2	Vigência da legislação tributária no CTN	351
3.3.2.1	Vigência espacial	352
3.3.2.1.1	A extraterritorialidade prevista em convênio de cooperação	353
3.3.2.1.2	A extraterritorialidade prevista em norma geral nacional	353
3.3.2.2	Vigência temporal	354
3.3.2.3	O art. 104 do CTN e o princípio da anterioridade	357
3.3.3	Aplicação da legislação tributária	358
3.3.3.1	Princípio da irretroatividade no CTN	358
3.3.3.2	Exceções legais ao princípio da irretroatividade	360
3.3.3.2.1	Lei expressamente interpretativa	360
3.3.3.2.2	Lei mais benéfica acerca de infrações e penalidades	365
4.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	367
4.1	Noções Gerais de Interpretação	367
4.2	Critérios de Interpretação	368
4.2.1	Interpretação quanto à fonte	369
4.2.2	Interpretação quanto aos efeitos ou resultados	370
4.3	Interpretação da Legislação Tributária no Código Tributário Nacional	371
4.3.1	A interpretação necessariamente literal de determinados institutos	372
4.3.2	A interpretação benigna em matéria de infrações	376
4.3.3	Princípios de Direito Privado e princípios de Direito Público	378
4.4	O Princípio do Pecunia Non Olet	382
4.5	Integração da Legislação Tributária	383
4.5.1	Técnicas de integração	384
4.5.2	Discrecionabilidade interpretativa e limitações ao uso das técnicas de integração	386
5.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	389
5.1	Considerações Iniciais	389
5.2	Obrigação Tributária Principal	391
5.3	Obrigação Tributária Acessória	392

5.3.1	Conceito, objeto e características	392
5.3.2	Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias	395
5.4	Teoria do Fato Gerador	400
5.4.1	Fato gerador da obrigação principal	402
5.4.2	Fato gerador da obrigação acessória	402
5.4.3	Fato gerador e princípio da legalidade	403
5.4.4	O momento da ocorrência do fato gerador	406
5.4.4.1	Fato gerador definido com base em situação de fato	407
5.4.4.2	Fato gerador definido com base em situação jurídica	408
5.4.4.3	As situações jurídicas condicionadas	408
5.5	Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária	410
5.5.1	Sujeito ativo da obrigação tributária	410
5.5.2	Sujeito passivo da obrigação tributária	415
5.5.3	Solidariedade	418
5.5.3.1	Tipos de solidariedade	420
5.5.3.2	Características da solidariedade	421
5.5.4	Capacidade tributária passiva	425
5.6	Domicílio Tributário	427
6.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	431
6.1	Considerações iniciais	431
6.2	Modalidades de Responsabilidade	433
6.3	Responsabilidade por Transferência	435
6.4	Responsabilidade por Substituição	436
6.4.1	Substituição tributária regressiva	436
6.4.2	Substituição tributária progressiva	438
6.4.2.1	A constitucionalidade da sistemática da substituição progressiva	440
6.4.2.2	A questão da restituição	443
6.4.3	Substituição tributária concomitante	447
6.5	Disciplina Legal da Responsabilidade por Sucessão	448
6.5.1	A responsabilidade do adquirente de bens imóveis	449

6.5.1.1	A apresentação de certidão negativa	451
6.5.1.2	A arrematação em hasta pública	452
6.5.1.3	A aquisição originária de propriedade	453
6.5.2	A responsabilidade do adquirente ou remetente de bens móveis	454
6.5.3	A responsabilidade na sucessão causa mortis	455
6.5.4	A responsabilidade na sucessão empresarial	460
6.5.4.1	A responsabilidade na fusão, incorporação, transformação, cisão e extinção de pessoas jurídicas	462
6.5.4.2	Os casos de extinção da sociedade	465
6.5.4.3	A responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento	466
6.6	Responsabilidade de terceiros	471
6.6.1	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação regular	471
6.6.2	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação irregular	475
6.6.3	Responsabilidade de terceiros e incidente de desconsideração da personalidade jurídica	483
6.7	Responsabilidade por Infrações	484
6.7.1	Responsabilidade pessoal do agente	489
6.7.2	Denúncia espontânea de infrações	491
7.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO	499
7.1	Crédito Tributário e Lançamento	499
7.1.1	Competência para lançar	502
7.1.2	Lançamento como atividade vinculada	505
7.1.3	Legislação material e formal aplicável ao procedimento de lançamento	505
7.1.4	Taxa de câmbio aplicável ao procedimento de lançamento	508
7.1.5	Alteração do lançamento regularmente notificado	509
7.1.5.1	Impugnação pelo sujeito passivo	509
7.1.5.2	Recurso de ofício e recurso voluntário	510
7.1.5.3	Iniciativa de ofício da autoridade administrativa	511
7.1.6	Erro de direito e erro de fato – Possibilidade de alteração do lançamento	512

7.2	Modalidades de Lançamento	515
7.2.1	Lançamento de ofício ou direto	516
7.2.2	Lançamento por declaração ou misto	517
7.2.2.1	Retificação de declaração	520
7.2.2.2	Lançamento por arbitramento	521
7.2.3	Lançamento por homologação ou “autolancamento”	523
7.2.4	Modalidades de lançamento e autonomia	526
8.	SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	527
8.1	Considerações Iniciais	527
8.2	Depósito do Montante Integral	530
8.3	Reclamações e Recursos no Processo Administrativo Fiscal	533
8.4	Liminar em Mandado de Segurança	537
8.5	Liminar ou Tutela Antecipada em outras Espécies de Ação Judicial	540
8.6	Moratória	541
8.6.1	Moratória parcelada e parcelamento – Diferenciação	544
8.6.2	Créditos abrangidos pela moratória	545
8.6.3	Moratória individual e direito adquirido	546
8.7	Parcelamento	548
9.	EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	557
9.1	Considerações Iniciais	557
9.1.1	Pagamento	561
9.1.1.1	Cumulatividade das multas	561
9.1.1.2	Pagamento e presunções civilistas	562
9.1.1.3	Local e prazo para pagamento	563
9.1.1.4	Efeitos da mora em Direito Tributário	564
9.1.1.4.1	Juros de mora, multa de mora e correção monetária – diferenças	564
9.1.1.4.2	Termo inicial da fluência de juros e da multa de mora	565
9.1.1.4.3	Processo administrativo de consulta	566
9.1.1.5	Forma de pagamento	566

9.1.1.6	Imputação em pagamento	568
9.1.1.7	Pagamento indevido e repetição de indébito	570
9.1.1.7.1	Restituição de tributo indireto	571
9.1.1.7.2	Restituição de tributo direto pago em virtude de obrigação contratual	576
9.1.1.7.3	Restituição de juros e multas	577
9.1.1.7.4	Termo inicial da fluência de juros e correção monetária na restituição	578
9.1.1.7.5	Prazo para pleitear restituição no âmbito administrativo	587
9.1.1.7.6	Prazo na extinção não contenciosa do crédito	588
9.1.1.7.7	Prazo na extinção contenciosa do crédito	590
9.1.1.7.8	Prazo para pleitear a restituição no âmbito judicial	592
9.1.2	Compensação	596
9.1.2.1	Compensação decorrente de decisão judicial passada em julga- do	598
9.1.2.2	Compensação em sede de mandado de segurança ou provimento judicial provisório	600
9.1.2.3	A compensação “de ofício” pela Fazenda Pública	605
9.1.3	Transação	606
9.1.4	Remissão	607
9.1.5	Decadência	610
9.1.5.1	Regra geral	613
9.1.5.2	Regra da antecipação de contagem	614
9.1.5.3	Regra da anulação de lançamento por vício formal	615
9.1.5.4	Regra do lançamento por homologação	618
9.1.5.4.1	A tese dos “cinco mais cinco”	620
9.1.5.4.2	O entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça	622
9.1.5.4.3	O prazo decadencial e as contribuições para a Seguridade Social	624
9.1.6	Prescrição	626
9.1.6.1	Interrupção do prazo prescricional	629
9.1.6.1.1	O despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal	630

9.1.6.1.2	O protesto judicial ou extrajudicial e a constituição em mora ...	631
9.1.6.1.3	A confissão de dívida	632
9.1.6.2	Suspensão do prazo prescricional	634
9.1.7	Conversão do depósito em renda	639
9.1.8	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento	639
9.1.9	Consignação em pagamento julgada pela procedência	640
9.1.10	Decisão administrativa irreformável	643
9.1.11	Decisão judicial passada em julgado	644
9.1.12	Dação em pagamento em bens imóveis	647
10.	EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	649
10.1	Considerações Iniciais	649
10.1.1	Isenção	650
10.1.2	Anistia	656
11.	GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	659
11.1	A Questão Terminológica	659
11.2	As Garantias como Rol Não Exaustivo	660
11.2.1	Renda e patrimônio do sujeito passivo respondendo pelo crédito tributário	661
11.2.2	Presunção de fraude na alienação ou oneração de bens ou rendas	664
11.2.3	A “penhora on-line”	666
11.2.4	Exigência de prova da quitação de tributos – As garantias indiretas ...	669
11.3	Os Privilégios	672
11.3.1	Regra geral	672
11.3.2	Regras aplicáveis aos processos de falência e concordata	672
11.3.3	Regras aplicáveis aos processos de inventário e arrolamento	677
11.3.4	Regras aplicáveis aos processos de liquidação judicial ou voluntária ..	677
11.3.5	Autonomia do executivo fiscal	678
11.3.6	Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de Direito Público ...	680
12.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	683
12.1	Considerações Iniciais	683

12.2	Fiscalização	684
12.2.1	Poderes das autoridades fiscais	684
12.2.2	Os deveres das autoridades fiscais	690
12.2.2.1	O dever de documentar o início do procedimento	691
12.2.2.2	O dever de manter sigilo e suas exceções	692
12.2.2.2.1	A transferência do sigilo	692
12.2.2.2.2	A divulgação das informações	694
12.2.2.2.3	A permuta de informações sigilosas entre entes tributantes	700
12.3	Dívida Ativa	703
12.4	Certidões Negativas	707
12.4.1	Certidões positivas com efeitos de negativas	708
12.4.2	Dispensa da apresentação de certidão negativa	709
12.4.3	Responsabilidade por expedição de certidão com erro	710
12.5	A utilização de meios indiretos de cobrança e a vedação às sanções políticas	712
13.	IMPOSTOS FEDERAIS	717
13.1	Imposto sobre a Importação – II	718
13.1.1	Fato gerador	718
13.1.2	Base de cálculo	722
13.1.3	Contribuintes	723
13.1.4	Lançamento	724
13.1.5	Regimes aduaneiros especiais e regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais	724
13.1.6	Visão geral do imposto	729
13.2	Imposto de Exportação – IE	729
13.2.1	Fato gerador	730
13.2.2	Base de cálculo	730
13.2.3	Contribuintes	731
13.2.4	Lançamento	731
13.2.5	Regimes aduaneiros especiais na exportação	732
13.2.6	Visão geral do imposto	733

13.3	Imposto de Renda – IR	733
13.3.1	Princípios constitucionais aplicáveis ao IR	734
13.3.2	Fato gerador	737
13.3.3	Base de cálculo	740
13.3.3.1	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	740
13.3.3.2	Imposto de Renda das Pessoas Físicas – IRPF	741
13.3.4	Contribuintes	743
13.3.5	Lançamento	743
13.3.6	Visão geral do imposto	744
13.4	Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	744
13.4.1	Seletividade	745
13.4.2	Não cumulatividade	746
13.4.3	Imunidades	753
13.4.4	Incentivo na aquisição de bens de capital	754
13.4.5	Fato gerador	754
13.4.6	Base de cálculo	758
13.4.7	Contribuintes	759
13.4.8	Lançamento	759
13.4.9	Visão geral do imposto	760
13.5	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	760
13.5.1	IOF sobre o ouro	761
13.5.2	Fato gerador	762
13.5.3	Base de cálculo	763
13.5.4	Contribuintes	764
13.5.5	Lançamento	764
13.5.6	Visão geral do imposto	764
13.6	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR	765
13.6.1	Progressividade	766
13.6.2	Imunidade das pequenas glebas	767
13.6.3	Possibilidade de delegação da fiscalização e cobrança	768
13.6.4	Fato gerador	768

13.6.5	Base de cálculo	770
13.6.6	Contribuintes	771
13.6.7	Lançamento	771
13.6.8	Visão geral do imposto	771
13.7	Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF	772
13.8	Imposto Seletivo – IS	773
13.8.1	O papel da lei complementar	774
13.8.2	Legalidade, anterioridade e noventena	775
13.8.3	Regramento constitucional	776
13.8.3.1	Imunidades	776
13.8.3.2	Incidência monofásica	777
13.8.3.3	Incidência “por fora”	778
13.8.3.4	Autorização para bitributação e bis in idem	780
13.8.3.5	Alíquotas específicas ou ad valorem	781
13.8.3.6	Incidência sobre a extração de recursos minerais	782
13.8.4	Fato gerador	782
13.8.5	Base de cálculo	784
13.8.6	Contribuintes	785
13.8.7	Lançamento	786
13.8.8	Visão geral do imposto	787
14.	IMPOSTOS ESTADUAIS	789
14.1	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD	791
14.1.1	A fixação de alíquotas máximas pelo Senado Federal – Vinculação e progressividade	791
14.1.2	Definição do Estado (ou Distrito Federal) competente para a cobrança	792
14.1.3	Fato gerador	796
14.1.4	Base de cálculo	799
14.1.5	Contribuintes	800
14.1.6	Lançamento	801
14.1.7	Doações imunizadas	801

14.1.8	Visão geral do imposto	803
14.2	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS	803
14.2.1	O conceito de mercadoria	805
14.2.2	Os serviços tributados pelo ICMS	808
14.2.2.1	A tributação dos serviços de transporte e suas diversas vias	808
14.2.2.2	Serviços de comunicação, serviços de valor adicionado e atividades preparatórias	812
14.2.3	Seletividade	814
14.2.4	Não cumulatividade	815
14.2.5	A fixação das alíquotas interestaduais e de exportação	821
14.2.6	O ICMS nas operações interestaduais	823
14.2.7	O ICMS nas importações	833
14.2.8	ICMS e operações de <i>leasing</i>	837
14.2.9	ICMS e as operações de comodato na importação	841
14.2.10	A tributação conjunta de mercadorias e serviços	842
14.2.11	Imunidades	844
14.2.11.1	Exportações	844
14.2.11.2	Combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo e energia elétrica	846
14.2.11.3	Outras imunidades	849
14.2.12	ICMS sobre combustíveis e lubrificantes	849
14.2.13	Concessão de benefícios fiscais de ICMS	852
14.2.14	Fatos geradores	852
14.2.15	Bases de cálculo	858
14.2.16	Contribuintes	859
14.2.17	Lançamento	860
14.2.18	Visão geral do imposto	860
14.3	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	861
14.3.1	Disposições constitucionais sobre o IPVA	862
14.3.1.1	Imunidades ao IPVA	864
14.3.2	Fato gerador, base de cálculo e contribuintes do IPVA	865

14.3.3	Lançamento	869
14.3.4	Visão geral do imposto	869
15.	IMPOSTOS MUNICIPAIS	871
15.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	872
15.1.1	Progressividade fiscal em razão do valor do imóvel	872
15.1.2	Progressividade extrafiscal	874
15.1.3	Diferenciação de alíquotas de acordo com o uso e a localização do imóvel	875
15.1.4	Fato gerador	876
15.1.5	Base de cálculo	879
15.1.6	Contribuinte	880
15.1.7	Lançamento	884
15.1.8	Visão geral do imposto	885
15.2	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI	885
15.2.1	Definição do Município competente para a cobrança	887
15.2.2	A imunidade nos eventos societários	887
15.2.3	Imunidade na transferência decorrente de reforma agrária	890
15.2.4	Fato gerador	891
15.2.5	Base de cálculo	893
15.2.6	Contribuinte	895
15.2.7	Lançamento	896
15.2.8	Visão geral do imposto	896
15.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	896
15.3.1	Regime de alíquotas e concessão de benefícios do ISS	900
15.3.2	Isenção heterônoma nas exportações	904
15.3.3	Fato gerador	904
15.3.4	Sujeito ativo	905
15.3.5	Base de cálculo	908
15.3.6	Contribuinte	908
15.3.7	Lançamento	908
15.3.8	Visão geral do imposto	908

16. IVA DUAL: IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS – IBS E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS – CBS	911
16.1 Reforma Tributária e adoção do modelo de IVA dual	912
16.2 Identidade estrutural de IBS e CBS	914
16.3 Princípio da neutralidade	916
16.4 Disposições constitucionais comuns a CBS e IBS	917
16.4.1 Amplitude conceitual da expressão “bens e serviços”	917
16.4.2 Incidência nas importações	919
16.4.3 Imunidade nas exportações	920
16.4.4 Legislação nacional única e regime de alíquotas	920
16.4.4.1 Alíquotas de referência	921
16.4.5 Princípio da não cumulatividade	922
16.4.6 Adoção do sistema de crédito financeiro	924
16.4.7 Cálculo “por fora”	927
16.4.8 Restrição à concessão de benefícios fiscais	929
16.4.9 Regimes específicos de tributação	929
16.4.9.1 Combustíveis e lubrificantes	930
16.4.9.2 Serviços financeiros	935
16.4.10 Regimes favorecidos de tributação	938
16.4.10.1 Redução de alíquota	940
16.4.10.2 Concessão de isenção e de crédito presumido	945
16.4.11 Imunidade na radiodifusão de recepção livre e gratuita	947
16.4.12 Sujeitos passivos	947
16.4.13 <i>Split payment</i>	948
16.4.14 Desoneração completa da aquisição de bens de capital	953
16.4.15 Uniformidade do tratamento dos regimes aduaneiros especiais e das zonas de processamento de exportação	957
16.4.16 Compras governamentais	958
16.4.17 Dupla oneração como requisito para uso de crédito	961
16.4.18 Adoção do mecanismo de <i>cashback</i>	963
16.5 A tributação pelo IBS “no destino”	966

16.6	Processo administrativo fiscal	969
16.7	Comitê gestor do IBS	970
16.7.1	Instauração, financiamento e composição	971
16.7.2	Competências	972
16.7.3	Deliberações	975
16.8	Regime jurídico de transição	975
16.8.1	Transição para o contribuinte	976
16.8.1.1	Implementação dos novos tributos	976
16.8.1.2	Extinção dos tributos substituídos	979
16.8.1.3	Marcos temporais na transição para o contribuinte	981
16.8.1.4	Aproveitamento dos saldos credores	982
16.8.2	Transição para os entes federados	983
16.8.2.1	Alíquotas de referência	984
16.8.2.2	Mecanismos de trava à carga tributária	987
16.8.2.3	Migração para o princípio do destino	990
16.8.2.4	Seguro-receita	993
16.8.3	Zona Franca de Manaus	995
16.9	Fato gerador	995
16.10	Base de Cálculo	999
16.11	Contribuintes	1001
16.12	Lançamento	1004
16.13	Visão geral	1004
17.	REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1005
17.1	Noções gerais	1005
17.2	Terminologia Adotada	1006
17.3	Espécies de Repartição	1007
17.4	Tributos cujas Receitas estão sujeitas À Repartição	1008
17.5	Impostos cujas Receitas não são Repartidas	1009
17.6	Casos de Repartição Direta Previstos na Constituição Federal de 1988	1009
17.6.1	Repartição direta do IOF-Ouro com o Distrito Federal ou com os Estados e Municípios	1009

17.6.2	Repartição direta de receitas da União com os Estados e o Distrito Federal	1010
17.6.3	Repartição direta de receitas da União com os Municípios	1012
17.6.4	Repartição direta de receitas dos Estados com os Municípios	1013
17.7	Casos de Repartição Indireta Previstos na Constituição Federal de 1988	1021
17.7.1	Os fundos de participação e de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	1022
17.7.2	O fundo de compensação à desoneração das exportações	1027
17.8	Garantias de Repasse	1029
17.9	O dever de repasse e as renúncias fiscais	1030
18.	O SIMPLES NACIONAL	1033
18.1	Considerações Iniciais	1033
18.2	Conceito	1036
18.3	Princípios expressos	1037
18.4	Definição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP	1039
18.5	As Condições de Enquadramento Diferenciado por Estado, DF ou município	1043
18.6	Vedações à opção	1044
18.6.1	Vedação plena	1045
18.6.2	Vedação parcial	1047
18.7	Opção pelo Regime	1050
18.8	Exclusão do Regime	1051
18.9	Tributos Incluídos na Sistemática	1053
18.10	Tributos Não Incluídos na Sistemática	1059
18.11	Tributos Sujeitos a Regras Específicas	1063
18.11.1	O Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras	1063
18.11.2	O Imposto de Renda sobre os rendimentos pagos aos sócios	1063
18.11.3	O ISS retido na fonte	1065
18.11.4	Abatimento da base de cálculo do ISS dos materiais fornecidos	1066
18.11.5	ISS e ICMS com valor fixo	1067

18.11.6	Possibilidade de concessão unilateral de isenção ou redução da COFINS, PIS/PASEP e ICMS para produtos da cesta básica	1068
18.11.7	Menor alíquota de IPTU para o Microempreendedor Individual – MEI	1068
18.12	Tributação monofásica, substituição tributária e exportação	1069
18.13	Situações abrangidas por imunidade objetiva	1070
18.14	Desoneração da aquisição de bens para o ativo imobilizado	1073
18.15	Percentuais de Incidência e Repartição das Receitas	1073
18.16	O microempreendedor individual – mei e a sistemática de recolhimento em valores fixos	1078
18.17	Obrigações Acessórias a Cargo do Optante	1081
18.18	Privilégio no cumprimento de novas obrigações	1083
18.19	Responsabilidade tributária solidária dos sócios na dissolução da sociedade	1084
18.20	Domicílio Fiscal Eletrônico	1085
18.21	Fiscalização Compartilhada	1086
18.22	Processo administrativo fiscal	1088
18.23	Processo Judicial	1090
18.24	Instâncias de gerência do simples nacional	1091
19.	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E LIBERDADE ECONÔMICA	1093
19.1	Elisão, evasão e elusão fiscais	1093
19.1.1	Elisão fiscal	1094
19.1.2	Evasão fiscal	1095
19.1.3	Elusão fiscal e abuso das formas	1097
19.2	Norma Geral Antielisão e Combate ao Abuso de Formas Jurídicas	1099
19.3	A Lei de Liberdade Econômica e sua mitigação perante o Direito Tributário	1103
19.3.1	Análise de Impacto Regulatório – AIR	1107
19.3.2	Detalhamento das exigências para desconsideração da personalidade jurídica	1108
20.	CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE	1111
20.1.	Os Deveres Jurídicos da Administração Tributária	1112

20.1.1.	O Dever de Motivação	1112
20.1.2.	A Vedação à Pesca Probatória (<i>Fishing Expedition</i>)	1113
20.1.3.	A Presunção de Boa-Fé do Contribuinte	1113
20.1.4.	O Princípio da Menor Onerosidade	1114
20.1.5.	A Responsabilidade Pessoal do Agente Público	1114
20.1.6.	Disponibilização digital de informações e consolidação legislativa	1115
20.2.	Direitos Fundamentais do Contribuinte	1115
20.2.1.	Clareza nas comunicações e explicações	1116
20.2.2.	Vistas dos autos e cópias de documentos	1116
20.2.3.	Acesso, complemento, esclarecimento e ratificação de informações ...	1117
20.2.4.	Intimação, Impugnação e o Duplo Grau no Contencioso Administra- tivo	1118
20.2.5.	Princípio da Mínima Importunação (<i>non bis in idem</i> documental)	1119
20.2.6.	Assistência por Advogado nos Procedimentos de Fiscalização	1121
20.2.7.	Identificação das Autoridades Fiscalizadoras	1122
20.2.8.	Reparação de Danos Decorrentes de Excesso de Exação	1123
20.2.9.	A Vedação à Liquidação Antecipada de Garantias	1124
20.2.10.	Autorregularização e Selos de Conformidade	1126
20.3	Devedor Contumaz	1127
20.3.1.	Conceito	1127
20.3.2	Processo Administrativo de Identificação	1129
20.3.3	Medidas aplicáveis ao qualificado	1130
20.3.4	Cessação da contumácia	1132
20.3.5	O endurecimento penal	1133
20.4	Contribuinte cooperativo	1134
20.4.1	Os programas de conformidade cooperativa	1135
20.4.2	O Bônus de Adimplência Fiscal	1137

BIBLIOGRAFIA	1141
---------------------------	------

APÊNDICE	1145
-----------------------	------